

**ATA Nº36/2016 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA SETORIAL DA MESA
ESTADUAL DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES
URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.**

▼ Aos 14 dias do mês de janeiro de 2016, na Cidade Administrativa, realizou-se reunião da Câmara Setorial Rural para tratar das ocupações em **Governador Valadares (Acampamento Cidona: Fazenda Eldorado/Granjas Reunidas /Onça) e Salto da Divisa (Fazenda Farpão ou Talismã - Gleba 11)**

Conforme lista de presença anexa, tendo como princípio "Ouvir para Governar", o assessor da diretoria técnica da RURALMINAS, Lázaro Augusto, coordenou a primeira parte da reunião. Ele lamentou a ausência dos proprietários das fazendas ocupadas e começou os trabalhos com uma rodada de apresentações de todos os participantes.

**OCUPAÇÃO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES: ACAMPAMENTO CIDONA
(Fazenda Eldorado/Granjas Reunidas /Onça)**

O primeiro a se pronunciar foi o representante do Acampamento Cidona, Jurandir Amâncio de Oliveira. Ele disse que já são mais de sete anos de luta com o seu povo para conquistar as terras para plantar, produzir e tirar o sustento das mais de 70 famílias que vivem na região. Jurandir mostrou a todos os participantes da reunião, fotos do local e salientou que as terras estavam totalmente abandonadas e improdutivas. *"As famílias se instalaram lá e construíram barracas, fizeram uma roça, montaram escola e posto de saúde com médico duas vezes por semana. São mais de 70 famílias, com crianças, jovens e adultos. Todos estão lá produzindo e esperando a sonhada reforma agrária"*, concluiu Jurandir.

O advogado da ocupação Cidona, Felipe André Cerqueira, disse será um grande prejuízo para as famílias, caso elas tenham que sair do local, pois, os trabalhadores rurais já vieram de outro acampamento antes. *"Não tem aventureiro ali, a fazenda estava degradada e eles reformaram ao lugar; a terra não cumpria o papel social dela. Eu, particularmente, conheci o local e vi tudo crescendo com o trabalho coletivo deles. Seria de uma extrema tristeza se tivéssemos que fazer a reintegração de posse"*, lamentou o advogado.

Afonso Henrique, representante do Ministério Público, se mostrou preocupado com a situação, pois, segundo ele, do ponto de vista processual, não há mais nada que o Ministério Público possa fazer, já que a reintegração de posse já está planejada para acontecer. Afonso questionou sobre o prazo que os trabalhadores rurais teriam para fazer a colheita do que foi plantado na ocupação.

A defensora pública, Ana Cláudia S. Alexandre, falou que existe uma grande dificuldade de resolver as questões agrárias quando se trata de locais abandonados, onde as pessoas fazem melhorias na terra. Segundo ela, tais situações têm sido barradas no judiciário. Ela sugeriu ainda que fosse pedido um mandado de segurança para resguardar os ocupantes. *"Essa estratégia, apesar de ser perigosa, porque depende do judiciário, está no âmbito jurídico ainda. Eu fiz para ajudar, de forma diferente. A gente sabe do dever de cumprir as*

**ATA Nº36/2016 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA SETORIAL DA MESA
ESTADUAL DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES
URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.**

ordens, mas temos a preocupação de encontrar alternativa. Isso não exige nenhum de nós de buscar as ações necessárias. Buscamos critérios para preservar a dignidade dessas pessoas. Temos essa expectativa que não seja apenas assistir os acontecimentos. Aguardamos essa ação do executivo estadual para garantir a integridade dessas pessoas”, disse a defensora.

Gilson de Souza, superintendente do INCRA, reforçou a importância do papel da Mesa de sempre esgotar todas as possibilidades de negociação, antes de executar a reintegração de posse.

O Coronel Mendes, da Polícia Militar, disse que o prazo estabelecido pela justiça para a reintegração de posse seria dia 11 de janeiro e que todo o planejamento de ação já estava pronto para ser executado no dia 12 de janeiro, cumprindo o prazo da justiça. *“Colocamos a possibilidade de um acordo junto ao INCRA e foi decidido que até o dia 19 de janeiro não seria feita nenhuma ação, adiando o prazo. Fomos comunicados oficialmente disso. A partir daí, pode ser dado esse apoio militar ao oficial de justiça a qualquer momento. Fiquei de passar pra o Coronel Wesley os encaminhamentos dessa reunião de hoje.”*, inteirou Mendes.

Afonso Henrique, do Ministério Público, disse que nesse caso, a Mesa de diálogo tem que enviar um Ofício para a Polícia Militar para resguardar esse acordo, porque eles precisam de uma definição imediata. Afonso sugeriu também que fosse criada uma comissão na Mesa para discutir as questões jurídicas de cada caso de ocupação. *“Penso que nenhuma ordem deveria ser cumprida sem a tentativa de negociação. Se a gente fizer esse seminário, teremos condições de dar esse suporte para o poder executivo.”*, salientou Afonso.

Carolina Rodrigues, do acampamento Cidona, destacou que os ocupantes precisariam de um prazo mínimo até outubro para fazer a colheita antes de deixarem o local. Ela falou também sobre o futuro das famílias após a ação de reintegração de posse das terras ocupadas por eles. *“As famílias não tem como sair desse local e infelizmente colocaremos nossas vidas em risco. Pedimos que a Mesa nos ajude para o acolhimento dessas famílias. Precisamos saber como o INCRA vai propor as negociações da reforma agrária”*, concluiu Carolina.

Não havendo mais nada a tratar, o coordenador da reunião, Lázaro Augusto, fez os encaminhamentos:

1. A Secretaria Executiva da Mesa de diálogo ficará responsável por elaborar um Ofício para o comando da Polícia Militar de Minas Gerais, citando princípios constitucionais.
2. Os componentes da Mesa de Diálogo continuarão tentando entrar em contato com os proprietários da terra para propor uma negociação até o dia 19 de janeiro (data limite para a polícia poder apoiar o oficial de justiça na ação de reintegração de posse).

**ATA Nº36/2016 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA SETORIAL DA MESA
ESTADUAL DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES
URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.**

3. A Mesa enviará um Ofício para a prefeitura de Governador Valadares para ver se ela tem como acolher as famílias após a retirada delas das terras.
4. A Secretaria Executiva vai reunir todos os integrantes da Mesa de Diálogo para decidirem sobre a criação de um seminário para discutir questões jurídicas e de planejamento para cada situação.

Após o encerramento do primeiro assunto da pauta de reunião, o assessor da diretoria técnica da Ruralminas, Lázaro Augusto, passou a coordenação da reunião para o membro da Mesa, Wilton Miranda (Tim), para tratar da ocupação de Salto da Divisa.

OCUPAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SALTO DA DIVISA: FAZENDA FARPÃO OU TALISTMÃ - GLEBA II

Jorge Alexandre dos Santos, representante do acampamento, falou que a região é dominada por um grupo de fazendeiros que possuem muitas terras. Segundo ele, no acampamento onde os trabalhadores rurais estão, existem 70 famílias, com aproximadamente 80 crianças e 20 idosos, dentre outros. Jorge afirmou também que eles residem no local há quatro meses, mas ainda não plantaram nada devido à seca, mas que a terra já está pronta para produzir. *“Essa terra, onde estamos, foi vistoriada pelo INCRA. Lá tem terras devolutas também. A terra é muito boa pra plantio, apesar de muitos falarem que era seca. Temos um assentamento pelo qual, parte da produção complementa a feira livre da região. Muita melancia e milho. O que falta é uma política para essa região. A terra era improdutiva e nós queremos essa terra. Lá tem vestígios de coronelismo e regime militar.”*, desabafou Jorge.

Gilson de Souza, superintendente do INCRA, disse que o laudo da vistoria do INCRA indicou a inviabilidade do imóvel para reassentamento e esse argumento do laudo foi usado para o pedido de reintegração de posse. Gilson afirmou ainda que o INCRA poderia fazer uma reavaliação do imóvel, mas, para isso, precisaria de autorização dos proprietários das terras.

O coordenador da reunião, Wilton Miranda (Tim), destacou que a Mesa de Diálogo não tem como fazer a negociação sem uma das partes envolvidas no processo, no caso, os proprietários das terras, mas que mesmo assim faria os seguintes encaminhamentos:

1. Sobre a questão das barragens, a Mesa de diálogo se propôs a fazer uma visita no local para conhecer de perto a situação das famílias atingidas.
2. A Mesa vai abrir um canal de diálogo com os proprietários para negociar, enquanto a ação de reintegração não é executada.
3. A Mesa vai solicitar que o INCRA peça, junto aos proprietários, uma reavaliação das terras.

**ATA Nº36/2016 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA SETORIAL DA MESA
ESTADUAL DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES
URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.**

Belo Horizonte, 14 de janeiro de 2016.